



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CONCORRÊNCIA 017/2012

A Comissão de licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência, do Tipo Melhor Técnica, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICAS PARA OCUPAÇÃO DE 05 (CINCO) MÓDULOS NO PÓLO DE INOVAÇÕES, localizados no Campus Universitário da UFSM, segundo especificado no item 02, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666/93, alterada por Legislação Posterior e Lei n. 10.973/2004 (lei da Inovação).

1. Os envelopes nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta técnica) serão recebidos pelo Presidente da Comissão de Licitações, na sala n. 666, 6º pavimento do edifício da Administração Central, na Cidade Universitária, obedecendo ao que segue e tendo em vista o que consta do Processo 23081.006331/2012-27.

Data Limite para entrega dos envelopes n. 01 (documentação) e n. 02 (proposta técnica):

Dia 20/11/2012, até às 09:00 horas.

Data de início da abertura dos envelopes:

1ª abertura - Envelope Documentação - Dia 20/11/2012, às 09:00 horas

2ª abertura - Envelope Proposta Técnica - Dia 29/11/2012, às 09:00 horas

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1. Esta licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICAS PARA OCUPAÇÃO DE 05 (CINCO) MÓDULOS NO PÓLO DE INOVAÇÕES, localizados no Campus Universitário da UFSM, conforme especificações particularizadas e condições detalhadas em anexo, que fazem parte integrante do presente Edital, independente de transcrição.

2.2. Será firmado um Termo de Permissão com a(s) Licitante(s) Vencedora(s), conforme anexo 07, deste edital, com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses. Findo o prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, as partícipes poderão prorrogá-lo por até 12 (doze) meses, mediante termo aditivo.

3. DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE Nº 01):

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.1 A Empresa deverá estar com documentos validados no SICAF, nos níveis **I, II, III, IV e VI.**

3.2 Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF deverão:

3.2.1 Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.

II - Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III - Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal (Certidões Negativas da Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União).

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.3. No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na presente licitação, estas serão HABILITADAS mesmo se apresentarem alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, sendo que a regularidade da sua situação deverá ser efetuada nos moldes do subitem 6.4 deste edital, como condição de adjudicação.

3.4. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

a) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, podendo ser usado o modelo constante no anexo 1 deste Edital;

b) Declaração de visita ao local de realização dos serviços conforme subitem 3.4.1.

c) Termo de Desistência Recursal, a critério da licitante, podendo ser usado o modelo constante no anexo 2 deste edital. (não constitui documento obrigatório)

d) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo 3 deste Edital.

e) Declaração de Elaboração Independente da Proposta, conforme modelo constante no Anexo 04 deste edital.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho. A validação da certidão, apresentada pela licitante, será verificada *on line*, pela comissão de licitações.

3.4.1. A licitante deverá obrigatoriamente vistoriar os locais onde os módulos estão instalados. A visita será agendada através da Coordenadoria do Pólo de Inovação Tecnológica e Social da UFSM, pelos telefones (55) 3220-8008/8836, com o Sr. José Ailton Brutti. A declaração de visita será fornecida pela UFSM, e deverá ser realizada até às 17 horas do dia 19/11/2012.

3.5. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário – Santa Maria/RS - CEP: 97105-900
Comissão Permanente de Licitações
Concorrência nº ____/2012
Dia ____/____/____, às ____:00 horas
Sala 666, Ed. Reitoria/UFSM

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO

CNPJ da Empresa:

4. DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 02)

A Proposta Técnica deverá conter o que segue:

4.1. A proposta técnica deverá ser datilografada ou impressa, devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com o nome, telefone e fax da pessoa de contato para esclarecimentos técnicos. O número do CNPJ da Empresa Licitante deverá estar identificado no envelope. Não serão aceitas propostas em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.2. A proposta técnica deverá atender os critérios eliminatórios definidos no ANEXO 05 deste edital, que deverão ser necessariamente atendidos na íntegra e referenciados à documentação técnica que comprove o atendimento de cada item, caso contrário a proposta será desclassificada.

4.2.1. A proposta técnica deverá ser apresentada em conformidade com o plano de negócios, inclusive com o preenchimento da ficha de inscrição, constante no Anexo 06 deste edital.

4.3. Não será aceita proposta técnica que esteja em desacordo com as especificações aqui exigidas.

4.4. Juntamente com o envelope da documentação, a licitante entregará a proposta técnica, em envelope devidamente fechado ou lacrado, com o título:

Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário – Santa Maria/RS - CEP: 97105-900
Comissão Permanente de Licitações
Concorrência nº ____/2012
Dia ____/____/____, às ____:00 horas
Sala 666, Ed. Reitoria/UFSM

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA

CNPJ da Empresa:

5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local marcados, a sessão de entrega e abertura dos envelopes terá início pela apresentação de credenciais, quando for o caso, de um único representante de cada empresa, ao Presidente da Comissão de Licitações, para exame. Feito isso serão abertos os envelopes fechados contendo os documentos exigidos e as propostas.

5.2. Após a habilitação, não havendo, das participantes, intenção de recurso, o que poderá ser expresso nos termos do modelo anexo 02 deste edital, bem como consignado em ata, proceder-se-à abertura dos envelopes nº 02 (propostas técnicas), podendo ser efetuada no primeiro dia útil subsequente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do envelope nº 02 será ao constante do item 01 deste Edital, desde que julgados todos os recursos.

5.3. A Comissão de Licitações rubricará as documentações e propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes na sessão.

5.4. Havendo impugnação, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram e sua decisão, podendo reter documentos que a instruam.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame da documentação e das propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitações, que julgará a presente licitação, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião serão, a juízo do Presidente da Comissão de Licitações, por este resolvidas na presença das licitantes, devendo o fato e sua decisão ser registrado em ata.

5.8. Para os fins acima, a credencial de que trata o subitem 5.1 deverá ser através da indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar a recursos.

5.8.1. O Representante Credenciado no SICAF poderá ser substituído por preposto indicado pela Empresa, desde que este apresente procuração, a qual conceda poderes para representar a licitante, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar a recursos.

6. DO JULGAMENTO

6.1. O julgamento será realizado através de MELHOR TÉCNICA, em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos no Anexo 05 deste Edital – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PONTUAÇÕES.

6.2. Serão classificadas as 05 (cinco) propostas mais vantajosas para a administração, por ordem decrescente, sendo que a primeira colocada será a licitante que apresentar a maior pontuação técnica, conforme critérios estabelecidos no Anexo 05 deste edital, e assim sucessivamente.

6.3. A licitante melhor classificada terá o direito de escolher o espaço a ser locado. A seguir, a licitante classificada em segundo lugar será a próxima a escolher o espaço a ser locado. E, assim, sucessivamente, até que as 05 (cinco) melhores classificadas tenham participado da escolha.

7. DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o fornecimento do objeto desta licitação será deferido à licitante vencedora mediante Termo de Permissão, cuja minuta anexa integra este Edital, independente de transcrição.

7.2. A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, após a convocação feita pela UFSM, para retirar, assinar e devolver o Termo de Permissão, sob pena de decair o direito à Contratação.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Como valor de retribuição, a Licitante Vencedora obriga-se pagar mensal o valor de R\$ 10,00 (dez reais) o metro quadrado do imóvel, até o 10º dia subsequente ao mês vencido, a serem recolhidos conforme orientação da **UFSM**.

8.2. O valor de retribuição sofrerá reajuste anual, com base na variação do INPC/IBGE.

8.3. Ocorrendo a extinção do índice monetário referido no subitem anterior, o mesmo será automaticamente substituído por novo índice, de modo a preservar o valor inicialmente previsto neste **Termo de Permissão de Uso**.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109 da Lei 8.666, de 21/06/93 e legislação posterior.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. À UFSM, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito a reclamação ou indenização.

10.2. A simples participação nesta licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, transcorrido "in albis" o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. Na hipótese de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, a licitante vencedora, desde já, reconhece os direitos da Administração, conforme prevê o artigo 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

10.4. A licitante vencedora se obriga a manter, durante a vigência do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste Edital. A qualquer tempo a UFSM poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93.

10.5. O Servidor da UFSM Sr. José Ailton Brutti, da Coordenação do Pólo de Inovação Tecnológica e Social da UFSM, fica indicado, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo oriundo da presente licitação.

10.6. A proposta apresentada terá validade mínima de 30 (trinta) dias, a partir da data de abertura do envelope n. 02.

10.7. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

10.8. Para dirimir qualquer questão, a respeito da presente licitação, o foro competente será a Justiça Federal, na cidade de Santa Maria.

10.9. Cópias deste Edital, informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento das regras desta licitação, serão fornecidas pelo DEMAPA/UFSM, sala 666,

6º pavimento do prédio da Administração Central, no Campus Universitário ou pelo fone (55) 3220-8189 de Segunda à Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, ou pelo e-mail: pregao@ufsm.br.

Santa Maria, 26 de setembro de 2012.

Jayme Worst
Coordenador de Licitações

ANEXO 01

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____, inscrita sob o CNPJ n
_____/_____-_____ sediada na cidade de
_____, Estado _____, à rua
_____, n. _____ bairro _____,
CEP _____-_____, FONE n. _____, FAX n.
_____, Dados Bancários: Banco _____, Agência
_____, Conta Corrente _____, declara
sob as penas da lei, que até a presente data:

A) inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua participação no presente processo licitatório, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

B) não possui em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no Inciso X do artigo n. 117 da Lei 8.112/90.

C) não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o Inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

DATA:

Assinatura

Nome do Declarante

N. Cédula de Identidade:

ANEXO 02 (OPCIONAL)

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n _____,
por intermédio de seu Representante legal _____ (conforme
documento em anexo), no presente ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de
qualquer recurso cabível relativo à fase de habilitação referente a Concorrência n. ____/2012,
promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com o Artigo 43, III da Lei
n. 8.666, de 21.06.93, alterada pela Lei n. 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de 2012.

ANEXO 03

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador (a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO 05

ESPECIFICAÇÕES PARTICULARIZADAS

1. OBJETIVOS

1.1 O objetivo do presente edital é selecionar, com base na Lei da Inovação, até 05 (cinco) empresas que estarão aptas a ocuparem o Pólo de Inovações Tecnológicas e Sociais da UFSM. As empresas selecionadas devem pautar suas estratégias e ações em consonância com o seguinte conjunto de princípios:

- a) as empresas deverão estar ancoradas no conhecimento gerado na UFSM, o qual será transferido aos empreendimentos segundo as normas vigentes relativas à preservação da propriedade intelectual da Universidade;
- b) as empresas deverão se pautar pelo desenvolvimento sustentável, entendido pelo conjunto de suas dimensões social, econômica, científica, tecnológica e ambiental;
- c) as empresas deverão priorizar o desenvolvimento social, humano e econômico do Estado do Rio Grande do Sul e do País.

2 PÓLO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS DA UFSM

O Pólo de Inovações Tecnológicas e Sociais da UFSM, doravante denominado Pólo de Inovações, possui suas instalações no Campus da UFSM. O Pólo de Inovações constitui-se em um mecanismo de apoio a empresas inovadoras de base tecnológica e destina-se a promover atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio de empreendimentos detentores de plano de cooperação, convênio, contrato com a UFSM ou que tenham participado do processo de incubação da Incubadora Tecnológica da UFSM (ITSM).

2.1 Apoio disponibilizado

O Pólo de Inovações disponibiliza às empresas selecionadas o seguinte:

- a. Infra-estrutura compartilhada, com limpeza e manutenção das áreas comuns;
- b. Espaço físico (salas) individualizadas, com 60m² cada uma;
- c. (*) Consultoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento, quando se tratar de editais voltados para apoiar empreendimentos inovadores;
- d. (*) Cursos, palestras, workshops e consultorias especializadas sobre legislação, contabilidade, comercialização, gestão empresarial e transferência tecnológica e temas correlatos à atividade empreendedora;
- e. Acompanhamento pelo Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFSM;
- f. Interface com a UFSM para integração com pesquisadores e acesso a laboratórios. Este item fica condicionado à disponibilidade de pesquisadores e laboratórios, bem como ao disposto no art. 4º, inciso I e parágrafo único da Lei n. 10.973/04 (Lei de inovação);
- g. Interface com as instituições científicas e tecnológicas para formação de parcerias estratégicas, em especial com a UFSM;
- h. Orientação e encaminhamento do registro de propriedade industrial, obtida em parceria com a UFSM;
- i. Internet 24 horas;
- j. Água e energia elétrica; e
- k. Segurança restrita à área externa do Pólo de Inovações.

*Apoio condicionado a solicitação pelos empreendimentos residentes no Pólo de Inovações, sujeito à disponibilidade financeira da UFSM ou a pagamento efetuado pelo(s) solicitante(s).

2.1.1 Taxa de ocupação

O Pólo de Inovações cobrará uma taxa mensal por módulo ocupado, necessária para cobrir parte dos custos operacionais da infra-estrutura oferecida. Esta taxa, a ser corrigida anualmente pelo INPC - IBGE ou qualquer outro índice legal que venha a substituí-lo é de R\$ 10,00 (dez reais) o metro quadrado, o que corresponde, para esses 05 (cinco) módulos iniciais em R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada um.

2.2 Prazo de ocupação

As empresas selecionadas para ocuparem módulos no Pólo de Inovações da UFSM podem permanecer por um período de até 4 (quatro) anos, mediante avaliações anuais, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 1 (um) ano. A prorrogação é condicionada ao desempenho da empresa a ser avaliado pela Diretoria Executiva do Pólo de Inovações.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar da presente licitação, empresas detentoras de plano de cooperação, convênio, contrato com a UFSM ou que tenham participado do processo de incubação da Incubadora Tecnológica da UFSM (ITSM). Convém salientar que as propostas inscritas devem apresentar, obrigatoriamente, caráter inovador. Neste sentido, entende-se como inovação a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme estabelece o art. 2º, item IV, da Lei nº 10.973 (Lei da Inovação), de dois de dezembro de 2004.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As licitantes vencedoras terão o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do Termo de Permissão, para se instalarem no Pólo de Inovações. Caso não cumpram esse prazo, caberá ao Pólo de Inovações analisar a conveniência quanto à cessão da área.

4.2 Todas as informações recebidas das licitantes serão tratadas como confidenciais pelo Pólo de Inovações da UFSM.

4.3 Caso o empreendimento selecionado possua direitos de propriedade intelectual preexistentes à data da seleção, a exemplo de, mas não se restringindo a, patente, desenho industrial, software, know-how, dentre outros, e vinculados ao Plano de Negócios, fica determinado que a UFSM não será co-titular da respectiva propriedade intelectual, mas poderá, a seu critério, auferir ganhos econômicos em eventual exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes pela empresa. Nesse caso, a UFSM e a empresa definirão em instrumento jurídico próprio as condições de participação da UFSM na exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes, ficando desde já acordado que caso a UFSM venha a ter participação nos ganhos econômicos será no percentual de 2% (dois por cento) de royalties sobre a receita líquida auferida pela empresa pela exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes. O recebimento deste percentual, pela UFSM, permanecerá pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados do efetivo início da exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes.

4.4 Caso, durante o período de vigência do termo de permissão, a licitante vencedora obtenha resultados passíveis de proteção pelos direitos de propriedade intelectual, a exemplo de, mas não se limitando a patentes, know-how, desenho industrial, software, dentre outros, a UFSM e a empresa definirão em instrumento jurídico próprio o percentual de co-titularidade que caberá a cada parte, bem como os demais direitos e obrigações relacionados à propriedade intelectual gerada. A co-titularidade da UFSM sobre a

propriedade intelectual gerada durante o período ocorrerá mesmo que as atividades que derem origem aos direitos de propriedade intelectual sejam realizadas sem a participação direta da UFSM. Nesse caso, a UFSM e a licitante vencedora definirão conjuntamente, em instrumento jurídico específico, as condições para exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual, inclusive na hipótese de licenciamento a terceiros interessados.

4.5 Caso a licitante vencedora tenha interesse em explorar comercialmente os direitos de propriedade intelectual gerados no período de vigência do contrato de co-titularidade da UFSM, a empresa, deverá celebrar com a UFSM instrumento jurídico específico, definindo as condições de transferência/licenciamento da quota-parte da UFSM e sua respectiva exploração comercial.

4.6 O desempenho das empresas selecionadas será acompanhado pela Diretoria Executiva do Pólo de Inovações, as quais passarão por avaliações periódicas. Assim sendo, devem fornecer todas as informações que permitam essas avaliações, cientes de que o cumprimento de metas pré-estabelecidas é condição para que permaneçam no Pólo de Inovações.

4.7 Caso uma licitante residente necessite de implantação de estrutura laboratorial ou outra qualquer que implique na realização de obras civis no ambiente do Pólo de Inovações da UFSM, a mesma ficará responsável pelo investimento para a realização das respectivas adaptações, devendo o projeto ser aprovado previamente, mediante disponibilidade e conforme as normas da UFSM.

4.8 Caso a licitante vencedora necessite obter quaisquer licenciamentos para sua implantação e operação, esta ficará exclusivamente responsável pelas providências e pagamentos devidos, devendo o Pólo de Inovações ser formalmente comunicado de toda a tramitação, para aprovar qualquer procedimento de acordo com as regras internas da UFSM.

4.9 As licitantes residentes no Pólo de Inovações ficam obrigadas a cumprir todas as Normas Internas da UFSM e do Pólo de Inovações.

4.10 A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser alterado, complementado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da UFSM, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PONTUAÇÕES

As empresas inscritas serão avaliadas, selecionadas e classificadas com base nos seguintes critérios de seleção e suas respectivas pontuações:

CRITÉRIOS			
1. Aspectos gerais			
Viabilidade de atendimento, por parte do Pólo de Inovações, das necessidades do empreendimento.	Eliminatório		
Aspectos ambientais (uso de tecnologias com potencial de danos ao meio ambiente)	Eliminatório		
Inexistência de comprovante de cooperação, convênio, contrato com a UFSM ou que tenham participado do processo de incubação da Incubadora Tecnológica da UFSM (ITSM).	Eliminatório		
2. Plano de Negócios (Modelo Pólo de Inovações)	Pesos	Pontos (0 a 10)	Pontuação (pesos x pontos)
Planejamento Estratégico do negócio	2		
Plano de Marketing e Vendas	2		
Descrição do Mercado (análise da concorrência)	2		
Plano Gerencial	2		
Plano de produção, comercialização ou de prestação de serviços	3		
Descrição dos produtos, processos ou serviços (tecnologia empregada e o seu nível de domínio pelo empreendimento e estado da arte nacional e internacional).	5		
Plano de viabilidade financeira do empreendimento, baseado em projeções de fluxos de caixa para um período de 4 (quatro) anos	3		
Plano de sustentabilidade da empresa e sua previsão de autonomia futura no mercado (fora do Pólo de Inovações)	2		
Pontuação máxima (pesos x pontos) = 210	*****	*****	

OBS: A pontuação levará em consideração a nota de avaliação dos itens que compõem a estrutura do Plano de Negócios, de 0,0 (zero) à 10,0 (dez).

ANEXO 6 – MODELO DE PLANO DE NEGÓCIOS

PLANO DE NEGÓCIOS **PÓLO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS DA UFSM**

1. CAPA: A capa é uma das partes mais importantes, pois é a primeira a ser visualizada por quem lê o plano de negócios, devendo portanto, ser feita de maneira limpa e com as informações necessárias e pertinentes, tais como: nome da empresa; endereço; endereço eletrônico do site e e-mail; logotipo; mês e ano em que o plano foi elaborado; número da cópia; nome de quem elaborou o plano de negócios.

2. SITUAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA (Constituição jurídica): Nesta seção descreve-se a empresa, sua razão social, estrutura organizacional e legal, localização, conformação jurídica, tipo de sociedade e participação acionária de cada um dos sócios.

2.1 - Nome do empreendimento

2.2 - Endereço

2.3 - Fone/fax

2.4 - E-mail e home page

2.5 - Natureza jurídica

2.6 - Porte da empresa

2.7 - Ramo de atividade

2.8 - Data da constituição

2.9 – Nome, endereço, telefone celular e CPF dos responsáveis pela empresa e suas competências: descrição sumária das funções que os sócios exercem na empresa.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO: É uma descrição sucinta do plano de negócios. A função do Sumário Executivo é descrever de maneira resumida, os principais aspectos descritos no corpo do plano de negócios. Deve ser descritivo, respondendo perguntas tais como: Qual o propósito do seu plano, ao que sua empresa vai se dedicar, qual é seu produto/serviço, em que cidade sua empresa vai se localizar, onde está seu mercado/clientes, qual o investimento inicial, como e a partir de quando se dará o retorno sobre o investimento, como os sócios se avaliam como empreendedores, porque escolheram esse negócio, como pretendem atender as necessidades dos clientes, como a concorrência poderá influenciar nos resultados.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO NEGÓCIO: É o processo que mobiliza a empresa para escolher e construir seu futuro. É onde são definidos os rumos da empresa e apresentadas as suas potencialidades. Essa seção é a base para o desenvolvimento e implantação das demais ações descritas no plano de negócios. (vide sítio web www.strategia.com.br).

4.1 NEGÓCIO
4.2 MISSÃO
4.3 PRINCÍPIOS, VALORES OU CREDOS
4.4 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS DO EMPREENDIMENTO
PRODUTO OU SERVIÇO 1:
PRODUTO OU SERVIÇO 2:
(Para o caso de haver mais de 3 produtos ou serviços, acrescentar mais linhas. Se menos, excluir linhas).
4.5 ANÁLISE AMBIENTAL (MATRIZ FOFA OU SWOT)
4.5.1 ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO (FATORES CONTROLÁVEIS)
FORÇAS
FRAQUEZAS
4.5.2 ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO (FATORES NÃO CONTROLÁVEIS)
OPORTUNIDADES
AMEAÇAS
4.6. VISÃO
4.7 OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS
OBJETIVO 1:.
ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO 1
OBJETIVO 2:
ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO 2:

OBJETIVO 3:
ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO 3:
OBJETIVO 4:
ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO 4:
(Caso sejam definidos mais de 4 objetivos e estratégias, acrescentar linhas)

5. PLANO DE MARKETING / VENDAS: O plano de marketing apresenta como a empresa pretende vender seus produtos/serviços, conquistar, manter e aumentar o interesse de seus clientes. Deve abordar seus métodos de comercialização e diferenciais do serviço para os clientes, política de preços, principais clientes, canais de distribuição e estratégias de promoção/ comunicação e publicidade, bem como projeções de vendas.

- 5.1 - Quais são seus clientes potenciais e onde estão localizados?
 - 5.2 - Qual é seu grande mercado e em que segmento pretende competir?
 - 5.3 - O que está acontecendo com este segmento, está crescendo?
 - 5.4 - Como está distribuído este mercado, geograficamente?
 - 5.5 - Situações sazonais de demanda afetam este mercado?
 - 5.6 - Quem comanda os nichos de seu interesse (citar os principais concorrentes)?
 - 5.7 - Por que seu produto terá preferência em relação aos outros no mercado?
 - 5.8 - Como pretende atrair os clientes e se manter no mercado?
 - 5.9 - Que canais de venda você utilizará para atingir seus clientes?
 - 5.10 - Como promoverá suas vendas (mix de marketing)? Por quê?
 - 5.11 - Quais serão seus melhores fornecedores? Por quê?
 - 5.12 - Como, quando e quanto (percentual sobre o faturamento) sua empresa investirá em publicidade?
 - 5.13 - Qual é a potencialidade de vendas de cada produto ou serviço (capacidade máxima)?
- Faça uma tabela, com uma projeção mensal e anual (para 1 ano) de vendas para cada um dos produtos ou serviços que a empresa pretende vender, indicando quantidade, valor unitário e valor total (em reais).

6. DESCRIÇÃO DO MERCADO: Nesta seção o autor do plano de negócios deve mostrar que os executivos da empresa conhecem o mercado consumidor do seu produto/serviço, através de pesquisas de mercado, apresentando: como está segmentado, o crescimento, as características do consumidor e sua localização, análise da concorrência, a participação dos principais concorrentes no mercado, os riscos do negócio.

- 6.1 - Por que foram definidos esses produtos ou serviços e o respectivo mercado?
- 6.2 - Por que acredita no sucesso deste empreendimento?
- 6.3- Que fatia (percentual) de mercado pretende atingir em cada ano? Como chegou a esse percentual?
- 6.4 - Por que o produto ou serviço da sua empresa terá preferência em relação aos de outros no mercado?
- 6.5 - A localização de sua empresa é um fator importante para ter acesso aos seus clientes? (custos de distribuição, proximidade com clientes e concorrentes).
- 6.6 - Avalie suas vantagens e desvantagens sobre a concorrência.

7. PLANO GERENCIAL: O plano gerencial deve descrever a estrutura da empresa. Quem é quem no seu dia-a-dia e como são compartilhadas as responsabilidades.

- 7.1 - Qual será a atribuição de cada um dos sócios da empresa?
- 7.2 - Como será o plano de cargos e salários dos colaboradores da empresa?
- 7.3 - A administração será feita pelos proprietários ou por profissionais contratados?
- 7.4 - Existem atividades terceirizadas e quais?
- 7.5 - A empresa vai possuir um plano de benefícios sociais para os sócios e colaboradores (plano de saúde, aposentadoria complementar, auxílio educação)?
- 7.6 - Como será feito o recrutamento e a seleção dos colaboradores?
- 7.7 - Como será realizada a atualização dos sócios e colaboradores (capacitação, cursos, congressos, seminários, periodicidade, critérios de escolha)?
- 7.8 - Será necessária a implantação de algum sistema ou programa de qualidade?
- 7.9 - A que nível a equipe dispõe do conjunto de aptidões gerenciais necessárias para a condução ideal do negócio?

8. PLANO DE PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/SERVIÇOS: Essa seção do plano de negócios é destinada aos produtos e serviços da empresa, como são produzidos, recursos utilizados, o ciclo de vida, fatores tecnológicos envolvidos, pesquisa, desenvolvimento e principais clientes. Deve apresentar as ações que a empresa está planejando em seu sistema produtivo, indicando o impacto que estas ações terão em seus parâmetros de avaliação.

- 8.1 - Quais as similaridades e diferenças dos produtos/serviços da empresa em relação aos da concorrência?
- 8.2 - Quais as necessidades que os produtos/serviços buscam satisfazer?
- 8.3 - Qual a capacidade produzir/executar serviços da empresa?
- 8.4 - O espaço físico a ser utilizado é suficiente? E o número de funcionários?
- 8.5 - Descreva e apresente o desenho do *layout* a ser utilizado pela empresa, identifique os gargalos e possíveis soluções.
- 8.6 - Quais as vantagens e desvantagens do processo de produzir/prestar serviços a ser utilizado?
- 8.7 - Descreva a tecnologia empregada, o nível de domínio da tecnologia pela empresa, a atualização da tecnologia e como a empresa monitora novas tecnologias.
- 8.8 - Existem normas técnicas ou legislação específica regulamentando a atividade da sua empresa?
- 8.9 - Quais os impactos positivos que a sua empresa espera gerar na comunidade?
- 8.10 - Sua empresa pode gerar impactos/riscos de agressões ao meio ambiente ou à qualidade de vida da comunidade ao seu redor?
- 8.11 - Se necessário, qual o destino que a empresa dará aos resíduos que vai produzir?
- 8.12 - Quais métodos de controle, avaliação e monitoramento que serão utilizados (qualidade, produtividade, produção)?
- 8.13 - Há necessidade de contratar empresas ou consultores para desenvolver alguma atividade ou resolver algum problema nas etapas do processo de produção/prestação de serviços?

9. PLANO FINANCEIRO: A seção de finanças deve apresentar, em números todas as ações planejadas para a empresa e as comprovações, através de projeções futuras. Deve conter demonstrativo e indicadores financeiros do negócio.

- 9.1 - Quais serão as fontes financeiras potenciais que vai utilizar? Será utilizado dinheiro de empréstimos ou dos próprios investidores?
- 9.2 - Faça uma tabela, especificando a infra-estrutura a adquirir (investimentos) para a implantação do empreendimento, indicando os valores de aquisição de cada item.
- 9.3 - Elabore uma previsão de entrada e saída de recursos - Fluxo de Caixa Mensal para os primeiros 12 meses e anual para, no mínimo, 3 anos seguintes, levando em consideração as seguintes determinações:
 - Ano 1 – 70% da capacidade máxima;
 - Ano 2 - 80% da capacidade máxima;
 - Ano 3 – 90% da capacidade máxima;

Ano 4 – 100% da capacidade máxima;

10. CUSTOS: É a seção que deve contemplar todos os custos envolvidos no negócio, que deverão ser os mesmos que serão transferidos para o fluxo de caixa.

10.1 - Determine uma estimativa dos custos que estarão diretamente envolvidos na venda para cada produto/serviços. (custo variável)

10.2 - Determine os custos que sua empresa terá mensalmente, vendendo ou não. (custo fixo)

10.3 - Confirme se o preço de venda previsto para seu produto/serviço poderá ser praticado, comparado ao da concorrência.

10.4 - Como será o retorno/lucro esperado do empreendimento, comparado às margens praticadas pela concorrência.

11. PLANO DE SUSTENTABILIDADE

11.1 - Como a empresa vai preparar-se para sua sobrevivência no mercado fora do Pólo de Inovações?

11.2 – Fases a serem implantadas, visando o preparo para a saída da área do Pólo:

- a. **Implantação** : É o tempo necessário para a implantação do empreendimento no Pólo. Entre as atividades a serem desenvolvidas nesta fase, estão:
 - Montagem da infra-estrutura, instalações físicas em geral, contratação de pessoal etc...
 - Operacionalização ou início das atividades da empresa, previstas nesse Plano de Negócios
- b. **Crescimento** : É o tempo necessário para o empreendimento se consolidar técnica e financeiramente. Nesta fase, o empreendimento deverá alcançar :
 - Recrutamento e treinamento de Recursos Humanos
 - Processo de homologação ou cadastramento do produto
 - Aperfeiçoamento do produto
 - Identificação dos clientes e Estratégias de comercialização
 - Capacitação do empreendimento
 - Reavaliação da viabilidade do empreendimento
 - Aperfeiçoamento das instalações e espaço físico
 - Apoio Administrativo.
- c. **Consolidação** : Fase em que o empreendedor deve se ater ao fortalecimento econômico da empresa, visando sua transferência para instalações próprias definitivas. Devem ser observados os itens seguintes :
 - Novos produtos em desenvolvimento e aperfeiçoamento
 - Inovação do processo produtivo
 - Novos clientes e consolidação dos atuais
 - Necessidade de novos capitais e fontes de Recursos Humanos
 - Revisão da estratégia de comercialização
 - Capitalização do empreendimento
 - Apoio Administrativo
 - Projeto de Instalações próprias e aquisição do terreno
- d. **Liberação** : Fase em que a empresa deve estar apta para a transferência definitiva para as instalações próprias. Também o empreendedor deve concentrar-se nas atividades eventualmente não completadas nas fases anteriores e transferir em seguida sua empresa. Preencher o quadro com o tempo provável de

desenvolvimento de cada uma das fases do empreendimento, considerando todos os dados citados anteriormente.

FASES	TEMPO (EM MESES)
Implantação	
Crescimento	
Consolidação	
Liberação	
TOTAL	

12. ANEXOS: Essa seção deve conter todas as informações que se julgar relevantes para o melhor entendimento do plano de negócios. Por isso não tem limite de páginas ou exigências a serem seguidas. Pode-se anexar informações com fotos de produtos, plantas de localização, roteiros e resultados completos das pesquisas de mercado que foram realizadas, materiais de divulgação do negócio, folders, catálogos, estatutos, contrato social da empresa e planilhas financeiras detalhadas. Anexar a este Plano de Negócios, a síntese curricular dos empreendedores (sócios), com no máximo, 01 página para cada um, descrevendo sucintamente experiências anteriores como empreendedores.

Modelo de ficha de inscrição

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PÓLO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS

FICHA DE INSCRIÇÃO

CONCORRÊNCIA 17/2012 – PÓLO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS DA UFSM

1 INFORMAÇÕES DA EMPRESA

Razão Social da Empresa	
Nome de Fantasia	
Telefone	
Home Page	
E-mail empresarial	
Ramo de atividade	
Data de constituição	
Porte da Empresa	
Regime Tributário	

2 INFORMAÇÕES DOS SÓCIOS

NOME COMPLETO	ENDEREÇO PERMANENTE (cidade, rua, bairro e CEP)	E-MAIL	TEL CEL	CPF

SANTA MARIA, RS

DE

DE 2012

Assinatura do Sócio Responsável
pelo preenchimento da ficha de inscrição

Nome: _____

REFERÊNCIAS DE APOIO À ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor** : empreendedorismo e viabilização de novas empresas : um guia compreensivo para iniciar e tocar seu próprio neg. São Paulo, SP: Saraiva, 2004.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. 30 ed., rev. atual São Paulo, SP: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2003.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

SITIOS NA INTERNET

www.strategia.com.br

www.dolabela.com.br

www.planodenegocios.com.br

ANEXO 07

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Campus da UFSM, Bairro Camobi, em Santa Maria, RS, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.591.764/0001-59, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor Felipe Martins Muller, PERMITE O USO do imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento, à Empresa xxxxx, com sede e foro na cidade de Santa Maria, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu sócio diretor _____, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21.06.93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4485, de 25 de novembro de 2002, em face do que consta do Processo 23081.006631/2012-27 e da proposta da Licitante Vencedora da Concorrência 17/2012, que faz parte integrante do presente Termo de Permissão como se aqui estivesse transcrita, firmar o presente Termo, para o fim acima e de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo a **Permissão de Uso** a utilização do imóvel MÓDULO Nº. _____ localizado no Pólo de Inovações Tecnológicas e Sociais, Campus da UFSM, bairro Camobi, na cidade de Santa Maria, RS, com área de 60 m² (sessenta) metros quadrados, conforme planta baixa que integra o presente processo e especificações particularizadas, constantes em anexo a esse termo.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA DESTINAÇÃO

O imóvel cujo uso ora se permite através do presente Instrumento destina-se, exclusivamente, ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Negócios da **Permissionária**.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA

A presente Permissão de Uso é concedida pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser revogada a qualquer tempo pela Permitente, sem a necessidade de justificativa, por não se tratar de ato vinculado ante sua característica precária, concedendo à Permissionária, em caso de revogação, o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação do imóvel, a contar de sua notificação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Findo o prazo referido na Cláusula anterior, as Partícipes poderão prorrogá-lo por até 12 (doze) meses, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RETRIBUIÇÃO

Como valor de retribuição, a **Permissionária** obriga-se pagar mensal o valor de R\$ 10,00 (dez reais) o metro quadrado do imóvel, até o 10º dia subsequente ao mês vencido, a serem recolhidos conforme orientação da **Permitente**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O valor de retribuição sofrerá reajuste anual, com base na variação do INPC/IBGE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Ocorrendo a extinção do índice monetário referido no parágrafo anterior, o mesmo será automaticamente substituído por novo índice, de modo a preservar o valor inicialmente previsto neste **Termo de Permissão de Uso**.

CLÁUSULA QUINTA DAS TAXAS DE ÁGUA, LUZ E SEGURANÇA

Fica incluído no valor descrito na Cláusula Quarta deste termo, o pagamento referente ao consumo de água, luz e segurança externa.

CLÁUSULA SEXTA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O horário de funcionamento do espaço físico ficará a critério da Permissionária.

CLÁUSULA SÉTIMA DA REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM revogar a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O órgão competente para sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a revogação da Permissão será a Coordenação do Pólo de Inovação Tecnológica e Social da UFSM.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

A **Permissionária** obriga-se a:

- a) arcar com as despesas referentes aos tributos e tarifas, emolumentos e contribuições de qualquer natureza, que se fizerem necessários ao funcionamento dos serviços, inclusive todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, assim como os demais decorrentes deste **Termo** ou da utilização do imóvel, inclusive os provenientes de leis supervenientes à presente **Permissão**, bem como os das multas que lhe venham a ser aplicadas pelas autoridades

públicas federais, estaduais e municipais, pertinentes às atividades desenvolvidas, cabendo-lhe, ainda, providenciar os competentes alvarás de funcionamento;

- b) acatar as normas internas da **Permitente** na qual situa-se o espaço ocupado e as normas do Regimento Interno do Pólo de Inovações.
- c) Manter pessoal em número suficiente ao exercício de suas atividades, ficando estabelecido a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre a **Permitente** e os empregados da **Permissionária**, que se responsabilizará integralmente pelos atos praticados por estes no exercício de suas atribuições.
- d) Responsabilizar-se pela guarda de seus equipamentos e pertences de pequeno porte, de forma a eximir a **Permitente** de qualquer responsabilidade quanto a furtos, roubos ou quaisquer outras ocorrências danosas que vierem a ocorrer no âmbito do espaço ocupado.
- e) Realizar, anualmente, na presença de um representante da **Permitente**, inventário físico de todos os móveis, equipamentos e utensílios de grande ou médio porte de sua propriedade.
- f) Não realizar qualquer obra, modificação ou adaptação sem o prévio e expresso consentimento da Administração do Pólo de Inovações.
- g) Manter em perfeitas condições a área cujo uso ora lhe é permitido, como se sua fosse, obrigando-se a nela efetuar às suas e exclusivas expensas, todos os reparos e consertos relativos a quaisquer danos causados pela **Permissionária** na área ocupada, despesas essas que, em nenhuma hipótese, ou sob qualquer pretexto, poderão ser cobradas ou transferidas à **Permitente**.
- h) Devolver a área ocupada nas mesmas condições de uso recebidas quando do início da ocupação.

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE

Fica a **Permitente** obrigada a tomar todas as providências, no âmbito de sua competência, para a completa regularização da presente **Permissão de Uso**, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento e na retribuição devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanadas da UFSM, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

- A multa será aplicada com base no que segue:

A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Termo de Permissão será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

SUBCLÁUSULA SEXTA

O reajuste do valor da multa ocorrerá conforme o que consta na Cláusula Quarta deste Termo.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

No caso da PERMISSIONÁRIA não cumprir os prazos estabelecidos no Plano de Negócios, em anexo, o presente termo será rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Quaisquer transações comerciais que vierem a ser realizadas entre a **Permissionária** e terceiros serão de sua exclusiva responsabilidade, ficando proibida de utilizar o nome da

Universidade Federal de Santa Maria, **Permitente**, como intermediária nas referidas transações, ressalvadas as disposições contidas no contrato celebrado entre a Permitente e a **Permissionária** para a residência no Pólo de Inovações.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A Instalação de qualquer equipamento ou a realização de benfeitorias não gerará quaisquer direitos a indenizações posteriores à **Permissionária**, ficando proibidas, expressamente, transferências, subarrendamentos, sub-rogações, cessões totais ou parciais, sublocações ou outras modalidades que transfiram a terceiros a presente **Permissão de Uso**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO GESTOR

O Servidor da PERMITENTE, Sr. José Airton Brutti, fica indicado, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

Santa Maria, __de _____ de 2012.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHAS

ESPECIFICAÇÕES PARTICULARIZADAS**1. OBJETIVOS**

1.1 O objetivo do presente edital é selecionar, com base na Lei da Inovação, até 05 (cinco) empresas que estarão aptas a ocuparem o Pólo de Inovações Tecnológicas e Sociais da UFSM. As empresas selecionadas devem pautar suas estratégias e ações em consonância com o seguinte conjunto de princípios:

- a) as empresas deverão estar ancoradas no conhecimento gerado na UFSM, o qual será transferido aos empreendimentos segundo as normas vigentes relativas à preservação da propriedade intelectual da Universidade;
- b) as empresas deverão se pautar pelo desenvolvimento sustentável, entendido pelo conjunto de suas dimensões social, econômica, científica, tecnológica e ambiental;
- c) as empresas deverão priorizar o desenvolvimento social, humano e econômico do Estado do Rio Grande do Sul e do País.

2 PÓLO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E SOCIAIS DA UFSM

O Pólo de Inovações Tecnológicas e Sociais da UFSM, doravante denominado Pólo de Inovações, possui suas instalações no Campus da UFSM. O Pólo de Inovações constitui-se em um mecanismo de apoio a empresas inovadoras de base tecnológica e destina-se a promover atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio de empreendimentos detentores de plano de cooperação, convênio, contrato com a UFSM ou que tenham participado do processo de incubação da Incubadora Tecnológica da UFSM (ITSM).

2.1 Apoio disponibilizado

O Pólo de Inovações disponibiliza às empresas selecionadas o seguinte:

- a. Infra-estrutura compartilhada, com limpeza e manutenção das áreas comuns;
- b. Espaço físico (salas) individualizadas, com 60m² cada uma;
- c. (*) Consultoria na elaboração de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento, quando se tratar de editais voltados para apoiar empreendimentos inovadores;
- d. (*) Cursos, palestras, workshops e consultorias especializadas sobre legislação, contabilidade, comercialização, gestão empresarial e transferência tecnológica e temas correlatos à atividade empreendedora;
- e. Acompanhamento pelo Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFSM;
- f. Interface com a UFSM para integração com pesquisadores e acesso a laboratórios. Este item fica condicionado à disponibilidade de pesquisadores e laboratórios, bem como ao disposto no art. 4º, inciso I e parágrafo único da Lei n. 10.973/04 (Lei de inovação);
- g. Interface com as instituições científicas e tecnológicas para formação de parcerias estratégicas, em especial com a UFSM;
- h. Orientação e encaminhamento do registro de propriedade industrial, obtida em parceria com a UFSM;
- i. Internet 24 horas;
- j. Água e energia elétrica; e
- k. Segurança restrita à área externa do Pólo de Inovações.

*Apoio condicionado a solicitação pelos empreendimentos residentes no Pólo de Inovações, sujeito à disponibilidade financeira da UFSM ou a pagamento efetuado pelo(s) solicitante(s).

2.1.1 Taxa de ocupação

O Pólo de Inovações cobrará uma taxa mensal por módulo ocupado, necessária para cobrir parte dos custos operacionais da infra-estrutura oferecida. Esta taxa, a ser corrigida anualmente pelo

INPC - IBGE ou qualquer outro índice legal que venha a substituí-lo é de R\$ 10,00 (dez reais) o metro quadrado, o que corresponde, para esses 5 (cinco) módulos iniciais em R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada um.

2.2 Prazo de ocupação

As empresas selecionadas para ocuparem módulos no Pólo de Inovações da UFSM podem permanecer por um período de até 4 (quatro) anos, mediante avaliações anuais, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 1 (um) ano. A prorrogação é condicionada ao desempenho da empresa a ser avaliado pela Diretoria Executiva do Pólo de Inovações.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 A PERMISSIONÁRIA terá o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do Termo de Permissão, para se instalarem no Pólo de Inovações. Caso não cumpram esse prazo, caberá ao Pólo de Inovações analisar a conveniência quanto à cessão da área.

3.2 Todas as informações recebidas das licitantes serão tratadas como confidenciais pelo Pólo de Inovações da PERMITENTE.

3.3 Caso o empreendimento selecionado possua direitos de propriedade intelectual preexistentes à data da seleção, a exemplo de, mas não se restringindo a, patente, desenho industrial, software, know-how, dentre outros, e vinculados ao Plano de Negócios, fica determinado que a UFSM não será co-titular da respectiva propriedade intelectual, mas poderá, a seu critério, auferir ganhos econômicos em eventual exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes pela empresa. Nesse caso, a UFSM e a empresa definirão em instrumento jurídico próprio as condições de participação da UFSM na exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes, ficando desde já acordado que caso a UFSM venha a ter participação nos ganhos econômicos será no percentual de 2% (dois por cento) de royalties sobre a receita líquida auferida pela empresa pela exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes. O recebimento deste percentual, pela UFSM, permanecerá pelo prazo de 04 (quatro) anos, contados do efetivo início da exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual preexistentes.

3.4 Caso, durante o período de vigência do termo de permissão, a licitante vencedora obtenha resultados passíveis de proteção pelos direitos de propriedade intelectual, a exemplo de, mas não se limitando a patentes, know-how, desenho industrial, software, dentre outros, a UFSM e a empresa definirão em instrumento jurídico próprio o percentual de co-titularidade que caberá a cada parte, bem como os demais direitos e obrigações relacionados à propriedade intelectual gerada. A co-titularidade da UFSM sobre a propriedade intelectual gerada durante o período ocorrerá mesmo que as atividades que derem origem aos direitos de propriedade intelectual sejam realizadas sem a participação direta da UFSM. Nesse caso, a UFSM e a licitante vencedora definirão conjuntamente, em instrumento jurídico específico, as condições para exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual, inclusive na hipótese de licenciamento a terceiros interessados.

3.5 Caso a PERMISSIONÁRIA tenha interesse em explorar comercialmente os direitos de propriedade intelectual gerados no período de vigência do contrato de co-titularidade da UFSM, a empresa, deverá celebrar com a UFSM instrumento jurídico específico, definindo as condições de transferência/licenciamento da quota-parte da UFSM e sua respectiva exploração comercial.

3.6 O desempenho das empresas selecionadas será acompanhado pela Diretoria Executiva do Pólo de Inovações, as quais passarão por avaliações periódicas. Assim sendo, devem fornecer todas as informações que permitam essas avaliações, cientes de que o cumprimento de metas pré-estabelecidas é condição para que permaneçam no Pólo de Inovações.

3.7 Caso uma licitante residente necessite de implantação de estrutura laboratorial ou outra qualquer que implique na realização de obras civis no ambiente do Pólo de Inovações da UFSM, a mesma ficará responsável pelo investimento para a realização das respectivas adaptações, devendo o projeto ser aprovado previamente, mediante disponibilidade e conforme as normas da UFSM.

3.8 Caso a PERMISSIONÁRIA necessite obter quaisquer licenciamentos para sua implantação e operação, esta ficará exclusivamente responsável pelas providências e pagamentos devidos, devendo o Pólo de Inovações ser formalmente comunicado de toda a tramitação, para aprovar qualquer procedimento de acordo com as regras internas da UFSM.

3.9 A Permissionária residente no Pólo de Inovações fica obrigada a cumprir todas as Normas Internas da UFSM e do Pólo de Inovações.

4.10 A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser alterado, complementado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da PERMITENTE, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

PLANO DE NEGÓCIOS
(Cfe dados apresentados pela Licitante Vencedora)